

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano-INDSH Hospital Regional do Marajó

CNPJ 23.453.830/0004-12

Demonstrações Contábeis para os Exercícios Fintos em 31/12/2017 e 2016 - Em R\$

Balço Patrimonial		Nota	2017	2016	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Ativo/Circulante			12.967.059	12.055.492	Descrição	Patrimônio Social	Transferências	Ajustes Exercícios Anteriores	Superávit do Exercício	Total	
Caixa e equivalentes de caixa	2a e 3		2.495.985	4.016.637	Em 31/12/2015	4.967.283	-	22.667	-	681.281	
Contas a receber	4		9.134.474	6.968.447	Incorporação ao patrimônio	703.948	-	(22.667)	(681.281)	-	
Estoques	2b		503.145	409.190	Transferências	-	(2.405)	-	-	(2.405)	
Adiantamento a fornecedores			22.813	6.009	Ajustes exercícios anteriores	-	-	622.173	-	622.173	
Adiantamento a funcionários			76.932	79.311	Superávit do período	-	-	-	1.301.950	1.301.950	
Outros créditos			715.391	527.366	Em 31/12/2016	5.671.231	(2.405)	622.173	-	1.301.950	
Despesas antecipadas			18.319	48.532	Incorporação ao patrimônio	1.921.718	2.405	(622.173)	(1.301.950)	-	
Não Circulante			991.809	1.324.645	Ajustes exercícios anteriores	-	-	38.860	-	38.860	
Outros créditos			28.503	28.503	Superávit do período	-	-	-	326.483	326.483	
Realizável a Longo Prazo			963.306	963.306	Em 31/12/2017	7.592.949	-	38.860	-	326.483	
Imobilizado			67.391	110.011	Total	13.958.868	13.380.137	-	-	326.483	
Intangível líquido	2d e 6		79.021	93.969						7.958.292	
Imobilizado-contrato de gestão líquido	2c e 5		816.894	1.092.162						326.483	
Total do Ativo			13.958.868	13.380.137						7.958.292	
Passivo/Circulante			5.175.486	4.686.830	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras						
Fornecedores	7		2.419.455	2.451.646	1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: Hospital Regional do Marajó compõe a rede de regionalização dos serviços de saúde do Governo Estadual. Atende patologias de média e alta complexidade, com centro cirúrgico de alta tecnologia com UTI adulta, infantil e neonatal, atendendo a população dos municípios de todo o 8º Centro Regional de Saúde, composto pelas cidades de Bagre, Curralinho, Anajás, Portel, Melgaço e Gurupá, totalizando um universo de quase 300 mil pessoas, com atendimento 100% SUS - Sistema Único de Saúde. O HRPM tem 50 leitos, além de unidades de urgência e emergência, sete leitos de UTI adulta, cinco de UTI pediátrica e cinco de UTI neonatal. Serviços oferecidos são obstetrícia, cirurgia geral, ortopedia, oftalmologia, cardiologia, clínica médica, exames laboratoriais por imagem e métodos gráficos. Centro cirúrgico e obstétrico com três salas cirúrgicas e uma de recuperação pós-anestésica. Unidade ambulatorial, com cinco consultórios. b) Contrato de Gestão: O Hospital Regional do Marajó é administrado desde 06 de setembro de 2010, por meio de contrato de gestão pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, 23.453.830/0001-70, entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, beneficente e filantrópica. O INDSH é considerado de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 50.517/61, publicado no DOU em 23/12/1970, declarado de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 5.341/1969, declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 416, Portador do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBSA, renovado em 2015 através da Portaria SAS - MS nº 1.347 de 23.12.2015, para o triênio 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2017, em 08.12.2017 protocolamos o requerimento para renovação do triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, sendo deferido pela portaria nº 78 de 18.01.2018, Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, 11.638/2007 e 11.941/2009, e as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, bem como a Resolução 1.409/2012, que aprovou a NBC ITG 2002, a Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuição para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucro. O sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações contábeis são: a) Caixa e equivalente de caixa: São representados por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registra-						
Obrigações trabalhistas	2f e 8		1.878.108	1.680.682							
Obrigações sociais			324.559	274.444							
Obrigações fiscais			144.712	222.252							
Outras contas a pagar			408.652	57.806							
Não Circulante			825.090	1.100.358							
Receitas diferidas	10		816.894	1.092.162							
Outras obrigações			8.196	8.196							
Patrimônio Líquido			7.958.292	7.592.949							
Patrimônio social			7.592.949	5.671.231							
Ajuste de exercício anterior			38.860	622.173							
Superávit do exercício			326.483	1.301.950							
Transferências			-	(2.405)							
Total do Passivo			13.958.868	13.380.137							
Demonstração do Resultado											
Descrição	Nota	2017	2016								
Receitas		39.024.000	39.024.000								
Serviços prestados pacientes SUS		39.024.000	39.024.000								
Total		39.024.000	39.024.000								
Despesas		(38.972.816)	(38.013.768)								
Pessoal e encargos		(13.446.056)	(11.612.071)								
Serviços de terceiros		(16.384.649)	(16.321.338)								
Materiais e medicamentos		(4.070.335)	(4.511.392)								
Impostos, taxas e contribuições		(8.819)	(20.758)								
Depreciação amortização		(335.655)	(324.015)								
Despesa - renúncia fiscal	12	(4.372.448)	(4.045.147)								
(-) Receita - renúncia fiscal	12	4.372.448	4.045.147								
Despesas gerais		(4.804.562)	(5.257.024)								
Despesas financeiras		(39.635)	(71.830)								
Receitas financeiras		116.895	104.660								
Resultado Operacional		51.184	1.010.232								
Outras Receitas		275.299	291.718								
Doações e subvenções		31	274								
Outras receitas		275.268	291.444								
Superávit do Exercício		326.483	1.301.950								
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto											
Evento		2017	2016								
Fluxos das Atividades Operacionais											
Superávit do exercício		326.483	1.301.950								
Depreciação/amortizações		335.655	324.015								
Ajustes de exercícios anteriores		38.860	622.173								
Transferências enviadas		-	(2.405)								
(=) Total do Ajuste Líquido		700.999	2.245.733								
Varições no Circulante das Contas de Ativo e Passivo											
Aumento/redução dos créditos - circulante		(2.368.476)	1.408.717								
Aumento/redução de estoques		(93.955)	28.647								
Aumento/redução das desp. do exercício seguinte		30.213	(14.180)								
Aumento/redução dos créditos - não circulante		-	(28.503)								
Aumento/redução de fornecedores		(32.191)	33.521								
Aumento/redução de obrigações trabalhistas		197.426	28.477								
Aumento/redução de obrigações sociais		50.115	27.690								
Aumento/redução de obrigações tributárias		(77.540)	(194.387)								
Aumento/redução de outras obrigações		350.846	(1.982.707)								
Aumento/redução das obrigações - não circulante		(275.268)	(275.334)								
(=) Total das Variações das Contas do Ativo e Passivo		(2.218.830)	1.277.675								
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais		(1.517.832)	2.212.473								
Atividades de investimentos		(2.820)	(97.300)								
Aquisição de imobilizado		(2.820)	(14.444)								
Aquisição de bens do intangível		-	(82.856)								
(=) Variação do Caixa e Equivalente		(1.520.652)	1.180.374								
Saldo existente no início do exercício		4.016.837	2.836.263								
Saldo existente no final do exercício		2.495.985	4.016.637								
(=) Resultado Final de Caixa (Disponível)		(1.520.652)	1.180.374								
5. Imobilizado:											
		Aparelhos Med. Cirurgia	Equip. Informática	Equip. Cirurgia	Equip. Máquinas e Equip. Utensílios Hospitalares	Móveis e Utensílios Hospitalares	Móveis e Utensílios Hospitalares	Total			
		10%	20%	10%	10%	10%	10%	10%			
Valor Líquido Contábil		11.020	54.698	1.910	7.251	6.422	40.489	121.791			
Saldo inicial		11.020	54.698	1.910	7.251	6.422	40.489	121.791			
Adições		-	2.685	11.200	-	-	559	14.444			
Depreciação		(1.311)	(16.976)	(515)	(849)	(1.874)	(4.697)	(26.223)			
Saldo em 31/12/2016		9.709	40.406	12.596	6.402	4.548	36.351	110.012			
Saldo Inicial		9.709	40.406	12.596	6.402	4.548	36.351	110.012			
Adições		-	2.820	-	-	-	-	2.820			
Depreciação ajustada		(1.311)	(36.168)	(234)	(959)	(1.872)	(4.895)	(45.440)			
Saldo em 31/12/2017		8.397	7.058	12.361	5.443	2.677	31.455	67.391			
6. Intangível:											
		Aparelhos Med. Cirurgia	Benfeitorias	Equip. Informática	Equip. Cirurgia	Equip. Máquinas e Equip. Utensílios Hospitalares	Móveis e Utensílios Hospitalares	Móveis e Utensílios Hospitalares	Total		
		10%	10%	20%	10%	10%	10%	10%			
Valor Líquido Contábil		859.319	8.989	30.501	39.739	328.300	39.137	65.164	1.371.149		
Saldo inicial		859.319	8.989	30.501	39.739	328.300	39.137	65.164	1.371.149		
Depreciação		(168.510)	(1.907)	(14.826)	(7.176)	(70.350)	(5.122)	(11.097)	(278.988)		
Saldo em 31/12/2016		690.810	7.082	15.675	32.564	257.950	34.015	54.067	1.092.162		
Saldo Inicial		690.810	7.082	15.675	32.564	257.950	34.015	54.067	1.092.162		
Depreciação ajustada		(168.509)	(1.907)	(11.266)	(7.176)	(70.350)	(5.122)	(10.937)	(275.268)		
Saldo em 31/12/2017		522.301	5.175	4.409	25.388	187.600	28.892	43.130	816.894		
7. Intangível:											
		Valor Líquido Contábil									
Saldo inicial		-									
Adições		-									
Depreciação		-									
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		33.075									
Saldo Inicial		33.075									
Depreciação ajustada		(4.477)									
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		28.598									
		Direito de Uso 20% Softwares 20%	25,374	25,374							
			25,374	25,374							
			49,781	82,856							
			(14,261)	(14,261)							
			60,894	93,969							
			(4,477)	(14,948)							
			28,598	79,021							

continua ->

Intangível - gestão pública:			Direito de Uso		Softwares	Total
			20%	20%		
Valor Líquido Contábil	33.923	11.500	45.423			
Saldo inicial	33.923	11.500	45.423			
Depreciação	(33.923)	(11.500)	(45.423)			
Saldo em 31/12/2016						
Saldo Inicial	-	-	-			
Adições	33.923	11.500	45.423			
Depreciação ajustada	(33.923)	(11.500)	(45.423)			
Saldo em 31/12/2017						
7. Fornecedores:						
Descrição	2017	2016				
Materiais e medicamentos	282.413	422.432				
Serviços	211.985	267.233				
Diversos	10.999	-				
Serviços médicos	1.914.058	1.761.911				
	2.419.455	2.451.646				
8. Obrigações Trabalhistas:						
Descrição	2017	2016				
Obrigações trabalhistas	747.160	635.097				
Provisão férias	1.047.176	959.257				
Provisão PIS s/férias	-	9.590				
Provisões FGTS s/férias	83.772	76.738				
	1.878.108	1.680.692				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

9. Outras Obrigações:

Descrição	2017	2016
Energia elétrica	-	-
Seguros a pagar	7.430	40.637
Contas a pagar-SESPA	4.554	4.554
Clube Marajó Park	2.070	-
Contas a pagar Hospitais	69.398	-
INDSH - Sede Admin.	325.200	-
	408.652	57.806

10. Receitas Diferidas: O montante demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2017, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital em 2010, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

Descrição	2017	2016
Imobilizado - contrato de gestão	2.799.679	2.799.679
Intangível - contrato de gestão	45.422	45.422
Depreciação acumulada	(2.028.207)	(1.752.940)
Total imobilizado/intangível líquido	816.894	1.092.161
Receita Diferida	816.894	1.092.161

11. Ajustes Exercícios Anteriores: O ajuste de exercício anterior, demonstrados em 31/12/2017, no valor de R\$ 38.860 refere-se

a serviços prestados de fornecedores PJ 2016.

12. Isenções Usufruídas: Como entidade beneficente, sem fins lucrativos, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com o dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. O valor da isenção do recolhimento da CONTRIBUIÇÃO PATRONAL sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizado, como se devido fosse.

Descrição	2017	2016
Isenção das contribuições previdenciária	3.201.727	2.874.426
COFINS	1.170.720	1.170.720
	4.372.447	4.045.146

13. Seguros: O Instituto mantém contratos de seguros, por medidas preventivas em valor considerado pela administração, suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Joaquim Welington Fonseca Junior
Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30

Silvana Borges Gonçalves
Contadora - CRC CT - PA - 019454/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional do Marajó - Breves - PA - Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Regional do Marajó, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Hospital Regional do Marajó, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada

por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis; a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de março de 2018. **Planners Auditores Independentes** - CRC.SP Nº 2SP 14.712/O-2. **Fabio de Farias Vieira** - Contador CRC 1SP 218.852/O-0 - Auditor Independente - CNAI 2.452.

Protocolo: 306001

GILMAR SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-ME
Torna público que recebeu da SEMMA/RURÓPOLIS, a Licença de Operação - LO nº 004/2018, válida até 23/02/2020, para atividade de Extração de saibro, areia e cascalho em Rurópolis/PA.
Protocolo: 305980

LOURENÇO BARROS DA COSTA
CPF: 623.467.174/87, torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural (LAR), para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/Bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.
Protocolo: 305984

JOSÉ LEANDRO DA COSTA
CPF: 050.316.102-04, torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural (LAR), para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.
Protocolo: 305988

A COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE S. FÉLIX DO XINGU
CNPJ 13.624.488/0001-70 publica q/ recebeu da SEMMAS de S Félix do Xingu a renovação da Licença Ambiental LO 00071/2017, PROC. 2017/00289 para atividade de Lavra Garimpeira de minério de Cassiterita no município de S. Félix do Xingu/PA.
Protocolo: 305992

LOURENÇO BARROS DA COSTA FILHO
CNPJ: 020.564.692-56 torna publico que requereu da SEMMARH de Floresta do Araguaia a Licença de Atividade Rural - LAR, para a atividade de Criação de Bovinos - Bovinocultura/bubalinocultura em Floresta do Araguaia/PA.
Protocolo: 305986

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO
Processo de Contratação Temporária nº. 002/2018
Contrato nº 011/2018. Partes: ALTAPREV - CNPJ: 01.966.769/0001-21 e JEAN PINHEIRO DA SILVA BERNARDO - CPF: 970.146.802-34. FUNÇÃO: MOTORISTA. Assinatura: 02/04/2018. Valor Mensal R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais). Valor Global R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais). Vigência: 02.04.2018 a 31.12.2018. Ordenador Responsável: Fabiano Bernardo da Silva - Diretor Presidente
Contrato nº 012/2018. Partes: ALTAPREV - CNPJ: 01.966.769/0001-21 e GIULYA MARCELA FURTADO CAVALCANTE - CPF: 550.767.262-87. FUNÇÃO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO. Assinatura: 02/04/2018. Valor Mensal R\$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais). Valor Global: R\$ 8.586,00 (Oito mil quinhentos e oitenta e seis reais). Vigência: 02.04.2018 a 31.12.2018. Ordenador Responsável: **Fabiano Bernardo da Silva - Diretor Presidente**
Fabiano Bernardo da Silva-Diretor Presidente
CONTRATANTE
Protocolo: 305958

AGROPECUÁRIA TERRA NOVA S/A
CNPJ 15.741.192/0001-64. Convocamos os Srs. acionistas a se reunirem em AGE às 9:00 horas do dia 26/04/2018, na sede, situada a Margem Direita do Rio Capim Interior no Município de Paragominas-PA, para a seguinte ordem do dia: a) em AGE: a) Eleição do Conselho de Administração e Diretoria; b) Consolidação do Estatuto Social. **Benedito Carlos Porciúncula-Presidente do Cons. de Administração.**
Protocolo: 305962

J D ALVES DE LIMA - ME
CNPJ nº 19.631.161/0001-01, torna público que recebeu da SEMAS LO nº 11079/2018 para atividade de posto revendedor de combustíveis, localizada no Município de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará, através do processo nº 2017/22101.
Protocolo: 305982

A COOPERATIVA DE MINERAÇÃO DOS GARIMPEIROS DE S. FÉLIX DO XINGU
CNPJ 13.624.488/0001-70 publica q/ recebeu da SEMMAS de S Félix do Xingu a renovação da Licença Ambiental LO 00074/2017, PROC. 2017/00278 para atividade de Lavra Garimpeira de minério de Cassiterita no município de S. Félix do Xingu/PA.
Protocolo: 305997